

# "O nosso lugar": embelezamento de cidades, memória e resistência das/os remanescentes do Projeto Portal da Amazônia/orla em Belém (PA)

"Our Place": embellishment of cities, memory and resistance of the remnants of Portal da Amazônia/Orla Project in Belém (PA)

Margareth Padinha das Chagas\*

Joana Valente Santana\*\*

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares\*\*\*

**Resumo:** Este artigo apresenta resultados de pesquisa que investigou impactos econômicos, sociais e culturais na vida de moradoras/es remanescentes atingidas/os pela intervenção urbanística Orla, que compõe o Projeto Portal da Amazônia em Belém do Pará. A pesquisa foi orientada pelo método do materialismo histórico e dialético e contou com levantamento bibliográfico, documental e de campo. Foram entrevistados/as 39 moradores/as não removidos/as pelo referido Projeto. Durante a pesquisa, pôde-se perceber a memória dos/as moradores/as como forma de resistência às lógicas do projeto, tensionando os discursos oficiais de resgate do contato com o rio e de democratização da orla. Verificou-se que a implementação do Projeto Orla reforça a segregação socioespacial, agrava as condições de moradia e a insegurança da posse. A pesquisa revelou, ainda, como o lugar da memória, do vivido e do valor de uso contrapõe-se ao lugar da intervenção, do valor de troca e da cidade mercantilizada.

**Palavras-chave:** embelezamento; cidade; memória; remanescentes; portal da Amazônia.

**Abstract:** This article features results from a research that investigated economic, social and cultural impacts on the lives of residents and remnants affected by the urban intervention *Orla* (Waterfront in Portuguese) which is a part of the *Portal da Amazônia Project*, em Belém do Pará. The research was oriented by the *Dialectical Materialism Method* and had a bibliographic, documentary and field survey. About 39 Residents not removed by the referred Project were interviewed. During the research, the memories of the residents are perceived as a form of resistance to the logics of the Project, tensioning the official speeches of rescuing contact with the river and the democratization of the waterfront. Data suggests that the implementation of the *Orla Project* reinforces socio-spatial segregation, aggravates housing conditions, and the insecurity of ownership. The research also revealed how the place of memory, experience, and use value is opposed to the place of intervention, exchange value, and the commoditized city.

**Keywords:** embellishment; city; memory; remnants; portal da Amazônia.

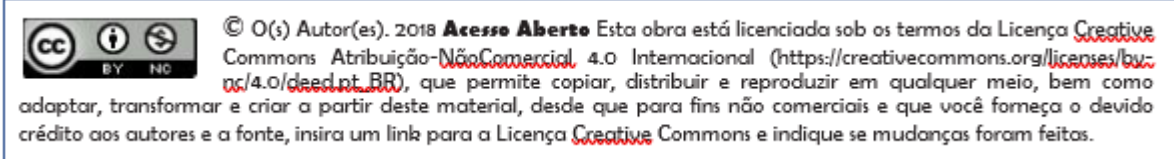
\* Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará/UFPA; Assistente Social na Prefeitura Municipal de Abaetetuba-Pará

\*\* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ; Docente da Faculdade e do Programa em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará/UFPA.

\*\*\* Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; Professor Visitante no Programa em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará/UFPA.

Recebido em: 08/12/2020

Aprovado em: 30/03/2021



## Introdução

Destruíram a parte de um bairro onde se prendiam as lembranças de um morador, algo morre junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados. Mas, a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. [...]. Quando não há resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas. Podem arrasar as casas, mudar os cursos das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? [...]" (BOSI, 1979: 370-1).

O presente artigo buscou registrar parte dos resultados de uma pesquisa de dissertação de mestrado em Serviço Social, na qual problematizou-se como vivem as/os moradoras/es remanescentes atingidas/os pela intervenção urbanística Orla, que compõe o Projeto Portal da Amazônia em Belém do Pará. O objetivo desta pesquisa foi investigar os impactos econômicos, sociais e culturais nas vilas<sup>1</sup> e passagem atingidas<sup>2</sup>. Para isso, foi necessário analisar os elementos constitutivos do projeto executado; quantificar os imóveis remanescentes a partir do cadastro realizado pela Secretaria Municipal de Habitação de Belém em 2008; traçar o perfil socioeconômico das/dos moradoras/es; verificar quais políticas sociais (saúde, trabalho, habitação, saneamento e segurança) foram ou não acessadas pelos sujeitos atingidos; além de registrar e interpretar as percepções de 39 moradores remanescentes, os quais representam a amostra de um universo de 76 imóveis que permaneceram na área após a intervenção.

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, quando foram realizadas entrevistas no período de outubro a dezembro de 2017 com a aplicação de um formulário<sup>3</sup> aos moradores remanescentes maiores de 18 anos<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> As vilas situam-se entre “cortiços”, “casas precárias”, conjuntos loteados ou alugados, segundo a lógica capitalista por seus proprietários (RODRIGUES, 2007: 77).

<sup>2</sup> Vilas: Gigi, Passarinho, Valério Amorim, Santos; e passagem Osvaldo de Caldas Brito.

<sup>3</sup> Com prévia autorização dos moradores entrevistados mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

<sup>4</sup> Das vilas e passagem cadastradas no perfil socioeconômico realizado pela SEHAB (BELÉM, 2008b), que são identificadas também no Plano de Reassentamento Portal da Amazônia/Orla (BELÉM, 2008a) e no Projeto Técnico Social Portal da Amazônia/ Orla sub-bacia 1 (BELÉM, 2007).

Nos interstícios das entrevistas com aplicação do formulário, muitas moradoras e moradores sentiam a necessidade de relatar as suas memórias da comunidade e do bairro do Jurunas para elucidar as respostas ou contextualizar na história do lugar os problemas hoje vivenciados. O fato de uma das autoras deste artigo ter sido uma moradora das vilas – ainda possuindo família no bairro – também contribuiu para o estabelecimento de uma relação de pesquisa que possibilitasse o compartilhamento de lembranças e memórias do lugar.

É necessário ressaltar que o processo investigativo levou ao estabelecimento de uma rede de participantes de pesquisa composta em sua maioria por mulheres<sup>5</sup>. Isso significa que embora as falas e trechos de entrevistas expressem os pontos de vista de um universo de homens e mulheres, a afinidade e empatia que emergem do processo de pesquisa fizeram com que algumas moradoras escolhessem a pesquisadora de campo como ouvinte de suas narrativas sobre o bairro e suas transformações. Logo, a maioria das falas apresentadas, neste artigo, é de mulheres.

Este trabalho considera a memória das moradoras remanescentes a partir do conceito de memória coletiva, apresentado por Soares (2016) a partir de Eckert e Rocha (2005). Parte-se do entendimento de que a memória não é uma mera recordação do passado, mas a reconstrução desse passado com vistas a uma ação transformadora na sociedade. Logo, a memória desses moradores está bastante relacionada a questões relevantes no presente, na medida em que estes conferem sentidos e significados às suas experiências no passado para se articularem em torno de seus projetos individuais e coletivos para o presente e para o futuro. A construção dessa memória coletiva está impregnada de uma forte experiência de classe partilhada por sujeitos de origens semelhantes – migrantes do interior do estado – e que se encontram sujeitos às mesmas condições de vida na cidade capitalista, ou seja, a moradia em casas tipo palafitas em áreas sem infraestrutura urbana e sujeitas à ação das marés, tal como eram as margens do Rio Guamá e parte do Bairro do Jurunas anteriormente à intervenção do Projeto Orla.

Ao fazer referência aos processos de migração, ocupação do solo, conquista do território e ao trabalho na cidade, esta memória também pode atuar na construção de resistências contra as políticas públicas pontuais, seletivas e verticalizadas que foram pensadas para a área em questão. Quando evocam suas antigas práticas e a relação com seu lugar de pertencimento, os moradores indicam que a política implementada não dialoga com as particularidades e singularidades do lugar onde houve a intervenção.

Ao mesmo tempo, a pesquisa foi guiada pelo método do materialismo histórico e

<sup>5</sup> Das 39 pessoas entrevistadas, 34 foram mulheres e 05 homens.

dialético, haja vista que a análise da realidade estudada busca apreender criticamente os dados coletados durante a pesquisa, seguindo a perspectiva de totalidade articulando as categorias analíticas: universalidade, particularidade e singularidade. Sposito (2014) destaca que a cidade é resultado de um processo histórico complexo, que reúne elementos de contextos econômicos, políticos, sociais e culturais, o que nos remete ao método histórico e dialético quando trata a realidade concreta como síntese de múltiplas determinações, da inter-relação de elementos universais, particulares e singulares que permitem a compreensão da totalidade de um fenômeno, de sua essência e de suas múltiplas determinações.

Logo, não é possível compreender a memória dos moradores e moradoras deslocada dos processos de embelezamento urbano e segregação socioespacial que caracterizam as cidades capitalistas na contemporaneidade. As teorias críticas utilizadas para discutir esses processos permitem maior aproximação da realidade pesquisada, partindo da realidade concreta de moradores da cidade capitalista na Amazônia. A dialética, nesse caso, persegue esta articulação entre universal e singular, que se expressa no particular, possibilitando ultrapassar o invólucro fenomênico e chegar à essência da realidade e suas mediações.

Este artigo se divide em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira aborda a mercantilização do espaço urbano, discutindo a intervenção urbanística Orla do Portal da Amazônia como materialização da lógica capitalista de embelezamento de cidades e os custos para os sujeitos atingidos. Trata-se, portanto, do lugar da intervenção, isto é, do valor de uso ao qual é agregado valor de troca a partir das ações do Projeto Orla. A segunda seção trata da memória das remanescentes do Projeto Portal da Amazônia/Orla, ressaltando a resistência por meio da memória coletiva das moradoras das vilas e passagem estudadas, ou seja, a construção do que elas chamam de "o nosso lugar".

### 1. A cidade mercadoria: o lugar da intervenção

Sob a responsabilidade da Prefeitura de Belém o Projeto de intervenção urbanística Portal da Amazônia desdobra-se em duas modalidades<sup>6</sup>: o Projeto Orla e o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova<sup>7</sup> (PROMABEN), que em sua primeira etapa

<sup>6</sup> Malheiro (2009), tendo por base o Relatório de Impacto Ambiental/RIMA do Programa de Recuperação Urbano-Ambiental da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (2007), ressalta que os projetos inter-relacionados: Orla – “que objetiva a construção de uma plataforma com largura de 70 metros e duas pistas, com três faixas em cada sentido que irá das proximidades do Arsenal de Marinha até a Universidade Federal do Pará –; e o PROMABEN – “que é o projeto de macrodrenagem da bacia da Estrada Nova, que prevê a macro e microdrenagem da bacia da Estrada Nova” (MALHEIRO, 2009: 104-5).

<sup>7</sup> Especificamente com relação à Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – BHEN, localizada na Orla sul de Belém, Cruz (2012: 162) ressalta que os bairros que compõem a BHEN, localizam-se “na parte central da cidade”, cujas histórias se confundem com a história de ocupação das margens do rio Guamá, a partir da expansão econômica de

concentra-se na Avenida Bernardo Sayão. Segundo informações contidas nos documentos do Departamento Social da Secretaria Municipal de Habitação de Belém (SEHAB)<sup>8</sup>, por meio do Plano de Reassentamento e do Projeto de Trabalho Técnico Social, a referida intervenção Orla está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, na modalidade Urbanização de favelas e no Programa de Erradicação de Palafitas (BELÉM, 2008a: 04).

O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) previa melhoria das condições de vida dos moradores atingidos, estimando beneficiar diretamente 360 famílias (contempladas com unidades habitacionais distribuídas em 45 blocos com 8 apartamentos) e 1.140 famílias indiretamente, com ações de: “mobilização comunitária, educação ambiental, geração de trabalho e renda, entre outras”, a serem desenvolvidas no decorrer da execução do Projeto, objetivando com essas ações amenizar impactos sofridos devido às “mudanças culturais, econômicas, estruturais e sociais que as famílias que moram próximas ao rio”, iriam sofrer (BELÉM, 2008a: 07). Cruz (2012: 228), destaca que “até dezembro de 2011, só tinham conseguido entregar 16 unidades”, que correspondem a apenas 2 blocos de apartamentos entre 45 que deveriam ser entregues em 2012. Até novembro de 2018, estas mesmas 16 unidades continuam sendo as únicas entregues<sup>9</sup>.

Os estudos e relatórios técnicos realizados acerca da intervenção Orla trazem o discurso de embelezamento<sup>10</sup>. Trata-se de uma retórica que também faz referência à *qualidade de vida* e que estende-se para além dos moradores de Belém, acompanhando a tendência global de expressivos investimentos de governos locais em operações de renovação ambiental e revitalização que se tornam as referências simbólicas espetaculares da cidade. Sobre esta tendência, Sánchez (2009: 190) afirma que “o estímulo ao civismo urbano pode encobrir o desprezo pela participação substantiva do cidadão”. Ou seja, os ideais de sustentabilidade, qualidade de vida e embelezamento de cidades, somados aos discursos produzidos com base no

---

Belém, que se dá em diferentes momentos históricos. A referida bacia é constituída por 4 sub – bacias (BELÉM, 2007: 01-02). Segundo o Relatório de Impacto Ambiental a BHEN tem extensão de 9, 54 Km<sup>2</sup>; sendo a terceira maior bacia da cidade, apresentando 72,72% do solo alagáveis pela maré; área onde moram cerca de 200.000 pessoas, representando 15,60% da população belenense.

<sup>8</sup> O Projeto estava sob a responsabilidade técnica da Secretaria Municipal de Urbanismo – SEURB, no entanto, como esta secretaria não dispunha de uma equipe técnica social, a Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, ficou responsável pelo Plano de Reassentamento e Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS.

<sup>9</sup> Para os moradores que aguardam as demais unidades uma longa espera – de mais de dez anos – que ocasiona desdobramentos de uma complexa situação por residirem em casas alugadas, com recursos do auxílio aluguel insuficientes devido à valorização da área e com recorrentes atrasos no repasse realizado pela Prefeitura Municipal de Belém.

<sup>10</sup> Registra-se que ao longo da Orla encontram-se *outdoors* com o seguinte texto: “Uma linda cidade! Um lindo rio! Um lindo lugar! Portal da Amazônia: Meu paraíso” (Pesquisa de campo, 2017).

planejamento estratégico, despertam *um amor pela cidade*, ou melhor, pela imagem mercantilizada da cidade que camufla a realidade concretamente contraditória entre embelezamento e segregação. Para a autora, o atual estágio do capitalismo é realizado através da produção de um novo espaço que atende às exigências da acumulação capitalista, seguindo os preceitos da agenda neoliberal. Nesse sentido, o embelezamento de cidades pode ser compreendido como um processo que está “evidenciando a importância que vem adquirindo o *city marketing* como instrumento das políticas urbanas” (SÁNCHEZ, 2009: 171).

Abrir “janelas” para o rio (PONTE, 2005) foi uma das justificativas – tanto no meio técnico-burocrático quando na mídia de massas – para implementação da intervenção urbanística Orla do Portal da Amazônia, que se deu com a propagação da imagem construída acerca de uma das metrópoles da Amazônia, a Belém do “Grão Pará” e sua relação com as águas urbanas. Trata-se de um discurso aparentemente coerente de “devolução” da orla (PONTE, 2005) e de resgate de uma idealizada identidade ribeirinha negada pelo processo de urbanização centralizada, pois, a priori, assim se deu a urbanização de Belém, quando suas áreas mais baixas e margens dos rios não haviam despertado interesse das frações de classe dominante – que determina a produção do espaço urbano – e do Estado capitalista que a legitima.

A apropriação de espaços antes relegados à invisibilidade, segundo Sánchez (2009), segue uma tendência mundial de intervenções urbanas com fins mercadológicos. Para a autora:

Alguns governos locais vêm investindo expressivos recursos em projetos de revitalização de áreas, em operações urbanísticas de renovação ambiental ou em obras de arquitetura espetacular, instrumentais na construção da imagem da cidade que está se renovando dentro de um projeto de “desenvolvimento sustentável” [...]. Alguns casos parecem referenciais desse urbanismo que se pretende irradiador da modernização desta virada de século, pautada em parâmetros globais: a revitalização da área portuária em Buenos Aires com o projeto Puerto Madero que transformou antigos galpões num complexo gastronômico e turístico internacional (SÁNCHEZ, 2009: 178-9).

O trecho acima exemplifica as convergências entre uma tendência global de intervenção nas cidades e a experiência particular do que vem ocorrendo na orla de Belém. A “produção da metrópole como negócio” (CARLOS et al, 2015: 44-5) tem como base primeira a apropriação do espaço, pois este é fundamental à reprodução do sistema capitalista. Contudo, a lógica econômica engloba tanto aspectos materiais quanto imateriais da vida cotidiana. É nesse sentido que o Projeto Portal da Amazônia se refere ao potencial turístico da sua área de abrangência. Embora este traga um discurso que aparentemente viria a atender as condições materiais e imateriais de existência dos sujeitos atingidos direta e indiretamente, o mesmo segue a lógica capitalista de embelezamento de cidades, cujo o intuito é vender a imagem da cidade à qual se agrega o valor de mercadoria (VAINER, 2002).

Para Maricato (2010), a cidade contemporânea assume um novo papel, haja vista o intuito de torná-la uma “cidade global”, segundo as necessidades da “reestruturação produtiva, de acordo com o ideário neoliberal” (MARICATO, 2010: 65). Portanto, o significado atribuído à cidade depende muito da forma como é apreendida pelos sujeitos sociais, da conjuntura histórica vivida e do espaço natural que possui. Para Vainer (2002), estes significados atribuídos à cidade, conforme o contexto e a perspectiva, são o que diferencia uma cidade de outra, assim como os espaços dentro de uma única cidade.

Esta “geografia da desigualdade” – que Raquel Rolnik (2015) põe em evidência – é permeada de discursos de acessibilidade à moradia e medidas incorporadas da lógica financeira do mercado capitalista. Esse processo reforça a mercantilização estrutural da sociedade e se perpetua por meios estratégicos transformando a cidade em mercadoria e, conseqüentemente, a própria moradia em ativo financeiro.

Pelas razões expostas até agora, em projetos como o Portal da Amazônia, a presença dos discursos sobre embelezamento, contato com a natureza e qualidade de vida não se traduzem, na prática, em maior segurança sobre o direito à moradia digna e segurança em relação à posse da moradia e dos territórios de pertencimento. Rolnik (2015), como relatora da ONU-Habitat, teve a possibilidade de observar em diferentes países a realidade concreta das nuances da face mais contraditória do sistema capitalista no que diz respeito às condições da precariedade habitacional e insegurança da posse, o que rebate diretamente na vida dos mais pobres entre os pobres. Para a autora:

Fundamentalmente, a insegurança da posse é uma questão de economia política – leis, instituições e processos de tomada de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessadas pelas estruturas de poder existentes na sociedade. Assim, tanto as formas de gestão do solo como as estratégias de planejamento urbano têm enorme incidência sobre as possibilidades de acesso – ou bloqueio – à terra urbanizada para os moradores de menor renda. É no interior desta trama jurídico-administrativa que se tecem os mecanismos de inclusão/exclusão da cidade (ROLNIK, 2015: 151-2).

Os remanescentes da intervenção urbanística Orla – embora tenham recebido a concessão de uso coletivo para fins de moradia emitida pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU) – expressam a preocupação com a insegurança da posse, considerando que residem em áreas próximas ao Rio Guamá que correspondem a terrenos pertencentes à União. Cruz (2012), no que diz respeito aos “loteamentos periféricos” e “favelas”, destaca a questão da “legalidade” e o “risco de despejo e remoção”<sup>11</sup> (CRUZ, 2012: 113-4) como elementos que permeiam o

<sup>11</sup> “Em tempos de capitalismo financeirizado, em que a extração de renda sobrepõe-se ao mais-valor do capital produtivo, terras urbanas e rurais tornaram-se ativos altamente disputados. Isso tem produzido consequências dramáticas especialmente – mas não exclusivamente – nas economias emergentes. As dinâmicas que acompanham

cotidiano dos moradores dessas áreas, sobretudo diante de grandes projetos como o Portal da Amazônia, os quais geram incertezas a respeito da permanência da população local no bairro em função das obras. Rolnik (2015) indica que estas incertezas correspondem tanto a riscos diretos como as políticas oficiais de remanejamento e reassentamento dos projetos em questão, quanto a riscos indiretos representados pelo aumento do custo de vida na área após a intervenção e pela destruição supostamente acidental de residências em função das obras.

Sobre essa questão, Santos (2012) argumenta que as ações e intervenções pontuais em assentamentos precários não provocam uma mudança real e profunda que dê segurança da posse da casa às frações de classe trabalhadora.

[...]. A melhoria eventual das condições de residência de parcelas das populações urbanas mais pobres não lhes garante nem mesmo a propriedade da casa ou dos terrenos. Os pobres continuam migrantes dentro da cidade. A propriedade da casa ou do terreno é a propriedade de uma mercadoria dentro de uma sociedade mercantil (SANTOS, 2012: 98).

A imagem do "migrante dentro da cidade" (SANTOS, 2012: 28) é bastante significativa para interpretar a perspectiva dos moradores sobre os impactos das intervenções realizadas nos espaços urbanos onde se localizam os assentamentos precários. Afinal, em geral estes terrenos foram espaços ocupados por frações empobrecidas das classes trabalhadoras e segregados por não terem valor financeiro para o mercado, muitas vezes devido à insalubridade e falta de infraestrutura para implementação de empreendimentos imobiliários. Para o caso do Portal da Amazônia, o resultado das obras do projeto transformou as vilas remanescentes em enclaves dentro de uma área da cidade que tende a se valorizar cada vez mais. Nesse contexto, a segregação se expressa pelo contraste entre a orla reconfigurada, o bairro e as vilas remanescentes, o que acaba reforçando para os moradores a referida condição de "migrantes dentro da cidade".

Assim, o espaço urbano belenense reproduz a lógica de embelezamento de cidades, tornando a capital paraense uma cidade mercadoria (VAINER, 2002) por meio de intervenções urbanísticas que reforçam o processo de segregação socioespacial e gentrificação, provocando não apenas a remoção forçada de moradores pelo mercado com aval do Estado, mas também a sua permanência segregada nas vilas remanescentes. No entanto, mesmo essa permanência é incerta devido à precarização de suas condições de vida e de moradia (CRUZ, 2012; SANTANA, 2013; SOARES, 2016).

Oliveira (2017) destaca que a cidade de Belém segue a tendência de produção de espaços

---

a liberalização dos mercados de terras estão aumentando a pressão do mercado sobre territórios controlados por comunidades de baixa renda. Isso ocorre num contexto global em que a terra urbanizada não está disponível para os grupos mais pobres. [...]” (ROLNIK, 2015: 152).



segregados destinados às frações empobrecidas da classe trabalhadora<sup>12</sup>. Tais intervenções têm apresentado inúmeras falhas e lacunas<sup>13</sup> que acabam desarticulando as estratégias de sobrevivência cotidianas de moradoras e moradores segregados socialmente no espaço, que buscam garantir o direito à moradia e o direito à cidade. Como foi discutido ao longo desta seção, estes projetos reproduzem modelos universais de intervenção que ignoram o processo de construção social dos lugares pela população local. A seção a seguir trata deste processo, enfocando a memória de moradoras sobre o lugar que construíram para viver na cidade.

## 2. A cidade da memória: "o nosso lugar"<sup>14</sup>

*Era uma vida boa, porque assim, organizada, cada um, ..., pelo menos em casa, a gente tinha a nossa casa, o meu pai mandava a gente recolher o lixo, não deixava jogar, não deixava jogar no rio, por que ele veio do interior então ele sabia que do rio o pessoal pescava, bebia água, fazia tudo, então ele tinha maior cuidado, pena que o esgoto tinha que ser no rio, mas ele tinha dizia 'um dia quem sabe ...', não tinha alternativa, mas cuidava, não deixava jogar muita coisa no rio, porque ele dizia se jogar uma garrafa vai passar anos, se dirá se for uma garrafa de vidro se quebrar vai prejudicar ainda mais, ele tinha consciência dessas coisas, ele veio do interior então ele tinha consciência que não podia estragar o rio porque era de lá que vinha o peixe, de lá que vinham as coisas boas, para gente poder se alimentar, tínhamos e temos a identidade ribeirinha até hoje, por isso eu fico triste quando eu vou aí para Orla eu vejo um 'bucado' de entulho no rio, eu fico aborrecida (Moradora B, Pesquisa de Campo Vila Passarinho, 2017).*

Este pequeno trecho revela como o Projeto Orla desconsiderou a trajetória de moradores que estrategicamente fizeram de uma área considerada imprópria para moradia, pelas condições físicas do solo, o seu lugar. A fala mostra a existência de uma relação dos moradores e moradoras com o rio, o que foi negado pela política pública implementada. Relatos<sup>15</sup> como este emergiram no processo de pesquisa, quando foi possível apreender das moradoras entrevistadas elementos constitutivos da gênese histórica das vilas que margeiam a Baía do Guajará e o Rio Guamá, localizadas nas áreas de baixadas próximas ao centro da cidade de Belém. Entre elas ficava evidente o descontentamento em relação à *desconsideração real*<sup>16</sup> da participação dos

<sup>12</sup> Conforme estudos sobre as intervenções urbanísticas nas áreas de baixada de Belém, tais como os de Rodrigues (1996), Trindade Jr. (1997), Abelém (1988), Portela (2005) e Costa et. al. (2006).

<sup>13</sup> Malheiro (2009) destaca que embora a intervenção Orla tenha realizado estudo e relatório de impacto ambiental, não o fez considerando o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001), que exige para intervenções urbanísticas no porte do referido projeto, o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, previsto nos artigos 36, 37 e 38 cujo objetivo é “[...], democratizar o sistema de tomada de decisões sobre os grandes empreendimentos a serem realizados na cidade, dando voz a bairros e comunidades que estejam expostos aos impactos” de tais obras (MALHEIRO, 2009: 111-2).

<sup>14</sup> Expressão presentes nas falas das/dos moradoras/es entrevistadas/os.

<sup>15</sup> Alguns gravados outras anotados no diário de campo.

<sup>16</sup> Pontua-se, que o termo “desconsideração real”, é utilizada com o intuito de enfatizar, que os documentos da Prefeitura Municipal de Belém, assim como das agências financiadoras do projeto, reiteram a participação como

sujeitos diretamente impactados: "Até agora *não pedem a opinião de ninguém, podiam perguntar para os antigos* para saber como é, e como não é" (Moradora C, Pesquisa de Campo, Passagem Osvaldo Beira-Mar, 2017).

Sobre a necessidade de conferir estatuto epistemológico às memórias dos mais velhos, Marilena Chauí (1979: XVIII, grifo no original) questiona: "Mas, se os velhos são os guardiões do passado, por que *nós* é que temos que lutar por eles? Porque foram desarmados" evidenciando que a autora, do referido trabalho expõe "uma ferida aberta em nossa cultura: a velhice oprimida, despojada e banida (...)". Ademais, ressalta a autora:

Todavia, a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos (CHAUÍ, 1979: XIX).

O registro da memória dos "velhos" remanescentes das vilas atingidas pela intervenção Orla não estava entre os objetivos iniciais da pesquisa. Entretanto, no decorrer da investigação foi percebido que a memória dos/as antigos/as moradores/as da área é um instrumento de resistência para evitar que o "trionfalismo" desse "grandioso" projeto não sufoque as vozes desses sujeitos que ainda lutam pelo direito à moradia e pelo direito à cidade.

Sobre a forma como os moradores das margens dos rios de Belém – especificamente da orla do Rio Guamá – estabelecem a relação com seu local de moradia, Wilm et al. (2012: 312) ressaltam que o fato da maioria ser migrante de cidades ribeirinhas localizadas no interior do estado do Pará confere uma dinâmica particular que integra elementos urbanos e rurais no cotidiano de seus moradores que vivem nessas áreas. Esses elementos apareceram nas entrevistas realizadas com moradores das vilas remanescentes do Projeto Orla.

A memória das moradoras da área do Portal da Amazônia se insere à temporalidade<sup>17</sup> de longa duração na qual estão situados não apenas os momentos históricos do antes e depois da intervenção Portal da Amazônia, mas também do processo de urbanização das zonas baixas e ribeirinhas de Belém como um todo. Tomando os dados qualitativos obtidos nas entrevistas com as/os moradoras/es remanescentes do Projeto Portal da Amazônia<sup>18</sup>, destacou-se o

---

princípio, requisito, diretriz para que o referido projeto de intervenção urbanística fosse executado. No entanto, na pesquisa de campo, e nos estudos realizados até então, verifica-se que a participação das/dos moradoras/es impactados diretamente e indiretamente, mostra-se pontual e meramente burocrática, para que a referida intervenção fosse realizada.

<sup>17</sup> Yamamoto (2015: 130) ressalta: "A desigualdade de temporalidades históricas tem na feição antidemocrática assumida pela revolução burguesa no Brasil um de seus pilares. As soluções políticas para as grandes decisões que presidiram a condução da vida nacional têm sido orientadas por deliberações 'de cima para baixo' e pela reiterada exclusão das classes subalternas, historicamente destituídas da cidadania social e política".

<sup>18</sup> Executado inicialmente nos bairros da Cidade Velha e Jurunas em Belém do Pará.

considerável tempo de moradia na área<sup>19</sup>, o que possibilitou aos interlocutores da pesquisa o resgate, em suas memórias, de características da ocupação e uso de espaços urbanos que tocam elementos particulares<sup>20</sup> da cidade na Amazônia, e aspectos singulares da realidade vivida, isto é, da vida concreta.

Observou-se que as participantes da pesquisa apresentadas nesta seção fazem parte de uma primeira geração de migrantes de cidades ribeirinhas<sup>21</sup>. Estas mulheres chegaram à capital paraense ainda crianças, trazidas por seus pais, estes em busca de trabalho, estudo, tratamento de saúde e direitos que não conseguiam exercer diante das dificuldades encontradas nas áreas rurais. De acordo com seus relatos, muitos dos moradores mais antigos das Vilas e Passagem estudadas<sup>22</sup> já haviam falecido, sendo destacadas em suas falas e expressões as histórias singulares de luta e resistência que “os mais jovens desconhecem” e que “irá se perder” (Moradora B, Pesquisa de Campo, Vila Passarinho, 2017). Logo, percebe-se uma preocupação das moradoras entrevistadas diante do risco de perda da história e da memória da ocupação desta porção segregada da cidade.

Segundo Bosi (1979: 362): "As lembranças que ouvimos de pessoas idosas têm assento nas pedras da cidade presentes em nossos afetos, de uma maneira bem mais entranhada do que podemos imaginar". A ausência de relatos da história oficial sobre este bairro confere ainda mais importância aos documentos orais sobre a vida concreta de trabalhadoras/es que fazem, ainda hoje, do ato de morar um ato de resistência e de luta pelo direito à cidade<sup>23</sup>.

O processo de urbanização da capital paraense manifesta uma relação dúbia com o que aparece nos documentos oficiais do Projeto Orla – RIMA/Orla (BELÉM, 2006); Projeto de Trabalho Técnico Social (BELÉM, 2007) e Plano de Reassentamento (BELÉM, 2008a) – como a idealização de uma “identidade ribeirinha”. Esta relação ambígua da cidade com o que se chama de “identidade ribeirinha” aparece em diferentes tempos históricos, muitas vezes refletindo os interesses das classes dominantes e do Estado sobre as frentes de expansão urbana em Belém ao longo do tempo. Seguindo esta lógica, Belém teria crescido seguindo os contornos

<sup>19</sup> Tendo como dado geral quantitativo 82,61% das/dos entrevistadas/do residindo há mais de 20 anos nas quatro vilas e na passagem estudadas.

<sup>20</sup> Rios, Igarapés e áreas baixas sob influência da maré.

<sup>21</sup> Que não terão seus nomes citados nos trechos transcritos, das entrevistas realizadas na pesquisa de campo, resguardando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE.

<sup>22</sup> Vilas: Santos; Passarinho; Valério Amorim; Gigi e Passagem Osvaldo Beira Mar.

<sup>23</sup> Conforme subsídio elaborado pelo CFESS (2016: 6), a “questão urbana e o direito à cidade”, têm sido destacados nas “deliberações dos Encontros Nacionais, que, por mais de uma década, têm dedicado atenção a esta problemática, por identificar os valores táticos e estratégicos que a mesma possui para as lutas da classe trabalhadora e, igualmente, por compreender que a temática envolve um conjunto importante de espaços de atuação profissional.”

dos rios, mas posteriormente “virou as costas” para estes, caracterizando um processo de urbanização centralizada que relegou os rios urbanos e partes baixas da cidade ao abandono pelo poder público e à segregação das classes trabalhadoras em assentamentos precários nas áreas alagadas e/ou alagáveis da cidade (PONTE, 2006).

Em contraposição a esta cidade que segundo os discursos oficiais teria crescido de costas para o rio, destaca-se a importância do rio e da diversidade dos moradores do Jurunas<sup>24</sup>, bairro cuja formação ocorreu paralela ao Rio Guamá. O espaço do Jurunas foi ocupado espontaneamente por uma população constituída: “[...] em sua maioria, [por] indígenas, mestiços de índios e negros ou cabocos, que faziam do bairro sua área de trabalho e que comumente estavam ligadas a ofícios marítimos ou de agricultura” (WILM et al., 2012: 313).

Cruz (2012) afirma que o principal elemento para compreensão do processo de ocupação e adensamento populacional do bairro do Jurunas<sup>25</sup>, está na “dinâmica de povoamento das áreas denominadas de baixadas” (CRUZ, 2012: 166), tornando-o a partir dos anos 1970, um dos bairros mais populosos de Belém devido à sua localização na área central da cidade. O Jurunas apresentava um território alagadiço, entrecortado por igarapés, o que tornava mais baratos os terrenos comercializados para frações da classe trabalhadora que priorizavam a fixação da moradia próxima ao local de trabalho. Ressalta-se que as complexidades geradas a partir da dinâmica de ocupação das áreas de baixadas, a ausência de políticas públicas e a precarização das condições de vida dos moradores do bairro levou – além das estratégias voluntárias de enfrentamento dos problemas sociais urbanos – à organização de lutas coletivas que culminaram com a criação dos centros comunitários, entidades estratégicas para a luta pelo “Direito de Morar e pelo Direito à Cidade” (CRUZ, 2012: 167-8).

Bosi, em “Memória e Sociedade” (1979), a partir da memória dos moradores entrevistados descreve os “bairros de trabalhadores” (BOSI, 1979: 368) onde as crianças ocupavam as várzeas do Tietê, que posteriormente foram ocupadas pelas fábricas e prédios de apartamentos. Destaca-se que a ocupação de várzeas e áreas próximas a córregos não é uma exclusividade da região norte do Brasil. Da mesma forma, há ressonâncias entre as narrativas dos moradores de Belém e de São Paulo, pois nos dois lugares se fala dos jogos de futebol nos campinhos de várzea, das brincadeiras e festas, da pesca, da chegada das fábricas, da fundação das ruas, dos esforços coletivos pela melhoria das condições de vida no bairro, da chegada da

<sup>24</sup> De acordo com Penteadó (1968), o bairro do Jurunas localiza-se na “Zona Sul” da cidade, juntamente com os bairros: Batista Campos, Cremação, Condor e Guamá. Considerando uma “tridivisão” do espaço urbano de Belém (início da segunda metade do século XX): bairros das zonas sul, leste e norte. “levando em consideração as condições do sítio dos bairros, da população, enfim, os característicos funcionais” (penteadó, 1968: 295).

<sup>25</sup> Entre as/os entrevistadas/os 51,28% declararam ser originário de outro município e 41,02% do Jurunas.

infraestrutura urbana por parte do Estado e também das pressões pela saída desses moradores quando estas áreas se valorizam.

Com saudosismo, os moradores das Vilas relatam que o lazer “nunca faltou”. Em conversas informais – na maioria das vezes após a aplicação do formulário de pesquisa quando o gravador era finalmente desligado – as moradoras contavam que havia uma arena no final da Vila Santos, aterrada com serragem e caroços de açaí, onde as crianças e adultos costumavam brincar e jogar bola. Uma das entrevistadas contou que “lá no final da Vila havia uma serraria”, “a comunidade era organizada”, “tinha uma escolinha para as crianças”, “todo ano se festejava o mês junino”, assim como outras datas comemorativas ao longo do ano (Moradora **D**, Pesquisa de Campo, Vila Santos, 2017).

Nas Vilas Palmito, Passarinho e Valério Amorim as falas das/os 39 moradoras/es entrevistadas/os permitiram identificar que os nomes atribuídos para as mesmas têm uma ligação com o “primeiro morador da Vila”, considerado o “dono da Vila”. Dessa forma, na Vila Passarinho conta-se que um senhor conhecido pelo apelido “Passarinho” possuía algumas casas construídas sobre às margens do rio, as quais alugava, enquanto outras casas foram cedidas aos seus familiares. No “final da ponte” havia um depósito de bananas que eram trazidas por ribeirinhos das ilhas próximas à cidade, sendo o produto vendido nas feiras do Ver-o-Peso, da Conceição (Fernando Guilhon) e em outras feiras próximas (Moradora **B**, Pesquisa de Campo, Vila Passarinho).

Com o tempo, as casas foram vendidas para outros moradores que chegavam à capital do estado em busca de melhores condições de vida. Segundo a filha do senhor “Passarinho” (Moradora **B**), entrevistada durante a pesquisa de campo, a vila que leva o nome de seu pai foi sendo formada da seguinte maneira: “[...] meu pai veio em busca de trabalho, ele veio servir o exército, quando ele veio de Cametá, comprou a casa pelo valor mais em conta, aí foi construindo a vila, as casas.” Conta ela que seu pai deu parte das casas da vila para os filhos. Outra parte foi alugada e, posteriormente, vendida. Em falas como essa é ressaltada a história vivida e coletiva, pois segundo Bosi: “Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual” (BOSI, 1979: 344).

As Vilas Valério Amorim e Palmito, assim com a Vila Gigi, também tem seus nomes relacionados aos seus moradores mais antigos, os quais construíram, além da casa que lhes serviria de moradia, outras que foram alugadas e depois vendidas. Acerca da Vila Santos, a moradora **A** relatou sobre a proximidade entre o local de moradia e o local de trabalho, sobre a área alugada com existência de pontes que não mais existem e sobre as estratégias dos próprios

moradores para contornar os problemas sociais urbanos diante da ausência de políticas públicas:

O Projeto Portal da Amazônia mudou alguma, não sei dizer muita coisa, eu fico aqui nessa casa não saio pra canto nenhum. Se mudou ou não, eu acho que melhorou, *faz uns 40 anos que vim pra cá*, quando vim era alugado, aluguei da Dona Aurora. *A metade trabalhava na CATA*<sup>26</sup>, a CATA contratava muitos moradores que moravam aqui. *Antes a vila era alugada*, era cheio, andava em cima da ponte. A manutenção da ponte era a CATA, *a água buscava em uma torneira pública* lá perto do presídio, a pavimentação quem fez foi a prefeitura. Eu acho que é melhor o portal, não sei trouxe algo ruim ainda (Moradora E, Pesquisa de Campo, Vila Santos, 2017)

Com relação ao abastecimento de água para consumo doméstico, as moradoras contam que existia três torneiras públicas para atender as Vilas. Antes disso havia uma torneira nas proximidades do antigo presídio São José (hoje o ponto turístico “Pólo Joalheiro São José Liberto”), para onde os moradores das vilas caminhavam cinco quarteirões. Com o tempo, conseguiram com que fossem instaladas torneiras públicas dentro das vilas em três pontos estratégicos, atendendo aproximadamente três vilas cada uma. Atualmente as casas possuem abastecimento de água pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), mas isso aconteceu devido a pressões da comunidade organizada para que a rede de água fosse implementada.

A antiga Vila Tabaranã localizada ao lado da Companhia Amazônia Têxtil de Aniamgem (CATA) possuía algumas casas que foram compradas pela portuguesa Aurora dos Santos e, por esse motivo, passou a ser conhecida por Vila Santos. A nova proprietária construiu outras casas que também alugava, todas de madeira, sendo grande parte de seus inquilinos operários da CATA. Outros moradores inquilinos trabalhavam nas feiras próximas e tinham origem interiorana, encontrando na área casas em preços de acordo com o que poderiam pagar. Com relação à dinâmica de migração à capital paraense e à busca por trabalho, uma das entrevistadas, moradora da Vila Santos destaca:

*Trabalhei em casa de família de 1964 à 1969. Eu saí de casa em 1964, em doze de abril de 1964, vim da cidade de Igarapé-Miri para Belém, minha família veio depois, viemos morar na vila no dia 04 de outubro de 1972. O Igarapé compreendia toda Vila Santos, com pontes de estiva, torneira pública. Meu pai chegou a fazer três pontes, a água invadia as casas, os próprios moradores aterraram a rua e parte do que era a orla naquele tempo.*

Eram mais de 30 casas alugadas, Aurora dos Santos e o esposo, só tinham um casal de filhos. A senhora Aurora e seu esposo foram assassinados, o filho que morava com eles foi para Portugal e não retornou, e os moradores acabaram ficando nas casas – o casal morava na Rua 28 de setembro, atravessando a Praça da República, próximo ao Hospital Ordem Terceira –, *a maioria das casas eram alugadas para os trabalhadores da CATA. Como minha família*

<sup>26</sup> Antiga empresa existente na área chamada Companhia Amazônia Têxtil e Aniamgem – CATA.

*que veio de Abaeté<sup>27</sup>, em busca de trabalho, de um lugar para morar; aqui dava para pagar* (Moradora F, Pesquisa de Campo, Vila Santos, 2017).

A moradora de 74 anos informou que fora operária da CATA, onde trabalhou durante 18 anos, passando por diversos setores: na bobina, costurando saco, entre outros. No total eram quatro pessoas da família que lá trabalhavam: “a CATA era nossa mãe”, dizia ela. Eram “2.800 operários, trabalhando em quatro turnos” (Moradora F, Pesquisa de Campo, Vila Santos, 2017). O trabalho de Soares (2016) também evidenciou esta relação entre local de trabalho e local de moradia em outros bairros de Belém, a exemplo da Sacramenta. Neste bairro, muitas fábricas foram instaladas para aproveitar o escoamento das mercadorias pelo trilho do trem que passava pela estrada da Sacramenta, além de aproveitar as vantagens locacionais de proximidade com a água para o despejo dos seus dejetos industriais. Tal como ocorrera no Jurunas com a CATA, no bairro da Sacramenta algumas empresas também ocuparam terrenos nos arredores não urbanizados da cidade, atraindo grande número de trabalhadores migrantes que iam se estabelecendo nas áreas baixas e alagadiças em volta das fábricas.

Isto certamente remete ao trabalho de Engels (2008) sobre a situação da classe operária nas cidades industriais na Inglaterra do século XIX, quando são descritas as habitações dos operários em torno das fábricas. Esta proximidade já era vista por Engels como o favorecimento da venda da força de trabalho, na medida em que a casa garantia a reprodução das condições materiais de existência dos trabalhadores e maximizava a exploração da força de trabalho, pois assim não seriam necessários deslocamentos para a fábrica com grandes perdas de tempo e de energia para os operários.

De acordo com as moradoras da Vila Santos, em parte do terreno em que hoje se localiza a CATA, funcionava um anexo da serraria São Bernardo, que doou por um período serragem para aterrar<sup>28</sup> alguns trechos da Vila. Até o final da primeira década dos anos 2000 ainda era possível visualizar na área um campo feito com aterro de serragem que servia como espaço de lazer para os moradores. No entanto, o aterro com serragem causava insegurança aos mesmos devido à instabilidade do solo, particularmente no período das chuvas. Ainda assim, o campo construído a partir do aterro de serragem era o espaço de lazer mais apreciado das crianças e demais moradores da área, sendo citado por todas as entrevistadas.

Após o início da intervenção Orla do Portal da Amazônia, parte dos moradores foi

<sup>27</sup> Município de Abaetetuba (PA).

<sup>28</sup> Segundo Cruz (2012), a situação de abandono vivenciada nas ocupações (“historicamente objeto de disputas e lutas sociais”) do bairro do Jurunas, particularmente pela população de baixa renda, fez com que esta buscasse estratégias com o intuito de amenizar as dificuldades enfrentadas, tendo como exemplo, “os mutirões de moradores em prol das melhorias das melhorias coletivas, aterrando ruas com caroços de açaí, com cascas de castanhas, serragens das estâncias etc.” (CRUZ, 2012: 166-7).

indenizada. Outros moradores foram reassentados e outros removidos. Alguns vivem há dez anos em auxílio aluguel à espera das unidades habitacionais que não foram entregues. Finalmente, as participantes desta pesquisa são remanescentes das vilas que não foram desapropriadas. Entre estes há aqueles que ainda vivem sem rede de esgoto e em condições precária de moradias. Logo, este mosaico de experiências evidencia os impactos da remoção de residências da área e a fragmentação do grupo de moradores em decorrência desse processo. Quando relembram os processos de migração, ocupação do solo e trabalho, as moradoras evocam conquistas alcançadas enquanto um projeto coletivo da classe trabalhadora na cidade, em contraposição à atual desarticulação política observada nas comunidades.

Ainda assim, o projeto coletivo ainda motiva preocupações de ordem ética entre as diferentes categorias de moradores criadas pela intervenção. A pesquisa captou que uma das maiores inquietações dos moradores remanescentes diz respeito à preocupação com os/as moradores/as que foram retirados da área. Essa preocupação ocorre não apenas por empatia com seus antigos vizinhos, mas também pelo temor que os remanescentes ainda sentem de serem eventualmente removidos, o que configura um aspecto da insegurança da posse – conforme assinala Rolnik (2015) – sobre a moradia e o território.

Nesse sentido, ressalta-se a afirmativa de Bosi (1979: 371): “Podem arrasar as casas, mudar os cursos das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas?”. O vínculo referido não diz respeito meramente a um apego afetivo, mas às vivências da sociabilidade e ao projeto de vida comum que as/os moradoras estabelecem entre si e com o lugar onde moram. Não se trata apenas do passado vivido, mas também da possibilidade de um futuro em comum caracterizado pela perda das referências simbólicas e materiais do bairro, como se expressa nas falas a seguir:

[...], *quando eu vou pra orla eu vejo um bocado de entulho*, o pessoal passa e joga garrafa, não tão nem aí quem vai caminhar. “Tu vai segunda feira?” Não vou, tem muito lixo, muita garrafa de água. Se botasse uma campanha pra pegar a garrafa [...]. (Moradora **B**, Pesquisa de Campo, Vila Passarinho, 2017). Olha, eu vou te falar uma coisa, eu não quero sair de dentro da minha casa, pra ir pra um bairro pior do que esse, tem feira perto da gente, tem supermercado e pra gente ir para outro bairro que não tem nada disso, *eu vou ficar aqui na minha casa*, então eles se viram com isso aí; a gente tem que conversar porque *eu não vou sair assim* (Moradora **G**, Pesquisa de Campo, Vila Santos, 2017).

Os dois relatos acima sinalizam a contradição entre os discursos que legitimaram a intervenção Orla – isto é, os discursos sobre as janelas para o rio, sobre a reaproximação da natureza e sobre qualidade de vida – e a situação da classe trabalhadora que habita nas vilas remanescentes. A presença de lixo e entulho na orla e também na entrada das vilas é um



indicativo, entre outros, de que o Projeto Orla não necessariamente se traduz em benefícios aos moradores da área, tanto para os que foram forçados a se mudar, quanto para aqueles que permanecem no local. Além disso, sobretudo no segundo trecho, observa-se que a dificuldade de se identificar com as políticas implementadas na orla soma-se ao temor dos moradores sobre a perda da moradia e a sua consequente desterritorialização representada pela mudança para bairros distantes da orla, o que caracteriza mais uma vez a insegurança da posse (ROLNIK, 2015).

Esta seção procurou apresentar o lugar da intervenção da perspectiva da população impactada, visto que suas memórias apresentam a cidade vivida para além de lógicas que a transforma em mercadoria, isto é, apresentam o bairro e as vilas como aquilo que chamam de "nosso lugar". Pois no processo de implementação do Projeto Orla a cidade vivida foi ignorada, na medida em que se desconsideraram as histórias de vida de moradoras e moradores, seus vínculos com o lugar e com a vizinhança, assim como suas estratégias pelo direito de morar que configuraram um projeto de vida da classe trabalhadora na cidade que se contrapõe à mercantilização dos territórios e à privatização dos espaços públicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese de Malheiro (2009: 11), “da metrópole inventada à cidade esquecida”, ressoa ao longo de todo processo de construção do estudo que deu origem a este artigo, por representar a realidade vivida pelas famílias atingidas e impactadas pela intervenção Orla, uma vez que se verifica a situação de abandono da área pelo poder público e o reiterado processo de segregação da população pobre segundo a lógica da cidade capitalista. Considera-se que o Projeto Portal da Amazônia/Orla intenta fomentar essa invenção de metrópole como fetiche do embelezamento para vender uma determinada imagem da cidade em detrimento da garantia dos direitos à cidade e à moradia dos sujeitos atingidos direta e indiretamente pelo empreendimento.

A partir dos dados apresentados e tendo como referencial de apreensão da realidade o método histórico crítico e dialético, é possível inferir que as/os moradoras/es remanescentes impactadas/os pela intervenção urbanística Orla do Portal da Amazônia, localizados entre a nova rua – com a duplicação da Estrada Nova pelo PROMABEN – e o rio com a nova Orla, vivem a segregação e são invisibilizados tanto pelo poder público como por aqueles que usufruem da Orla. Ou seja, as moradoras e moradores arcam com os custos do embelezamento da cidade. Observou-se, diante das incertezas e inseguranças geradas, a lógica que permeia as intervenções urbanísticas em assentamentos precários, pois estes projetos, ao invés de trazer a qualidade de vida reiterada nos documentos e discursos oficiais, agravam as condições de vida

e de existência dos sujeitos impactados. A insegurança da posse ainda é reforçada pelo abandono das obras e pela falta de saneamento que precarizam ainda mais suas condições de vida.

A "orla do lado de cá dos tapumes"<sup>29</sup> que separam a área de visitação turística das vilas e passagem onde frações da classe trabalhadora residem expressam a gritante disparidade entre as classes sociais no sistema capitalista evidenciadas por Marx e Engels (1989) desde o século XIX. A segregação socioespacial divide a cidade, expressando espaços sem cidadãos (SANTOS, 2012), o que no caso dos moradores do Projeto Orla/Portal da Amazônia também se manifesta na sua invisibilidade e no seu silenciamento. Daí sua necessidade de resistir dizendo quem são e como chegaram naquele que chamam de "nosso lugar".

Assim, um dos desdobramentos da pesquisa foi o compromisso ético de ouvir, registrar e dar visibilidade às histórias das moradoras entrevistadas. Considerando que a história move as engrenagens da luta cotidiana pela sobrevivência e pela transformação da realidade, notou-se a preocupação das moradoras com "o desconhecimento dos mais jovens com o que irá se perder" e a afirmativa contundente que acompanha todas as suas narrativas: "eu vou ficar aqui na minha casa". Essas duas frases ligam passado e presente, com vistas a uma ação no futuro, que é a permanência no local de moradia.

A memória oficial do Projeto Orla, expressa nos documentos da Prefeitura de Belém e nos discursos que legitimam a intervenção, busca construir um lugar esterilizado das contradições da sociedade de classes, da política e da cultura. Este lugar da intervenção que nega a memória das moradoras é demolido pelo lugar da memória, do vivido e do valor de uso que se contrapõe à orla transformada em mercadoria e em valor de troca, irreconhecível às remanescentes como o seu lugar.

## Referências

- ABELÉM, A. G. *Urbanização e Remoção: Porque e Para Quem?* Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ NAEA/UFPA, 1988.
- BELÉM. *Plano de Reassentamento: Portal da Amazônia/Orla (CONTRATO 222.629-71/2008)*. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, BELÉM, 2008a.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Belém. *Relatório do Levantamento Sócio-Econômico da Estrada Nova*. Belém: SEHAB, fevereiro e março de 2008b.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Belém. *Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: Bacia da Estrada Nova/ Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia Estrada Nova – PROMABEN*. A ENGESOLO ENGENHARIA LTDA. Belém, 2007.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Belém. *Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: Orla da*

<sup>29</sup> Termos utilizados pelos/as moradores/as das vilas estudadas para designar seus locais de moradia invisibilizados que existem por trás dos tapumes das obras habitacionais abandonadas no Projeto Orla.

- Estrada Nova*. J.G.P. Consultoria e Participação Ltda. São Paulo, junho de 2006.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Habitação. *Projeto de Trabalho Técnico Social – Portal da Amazônia/ Orla sub-bacia 01*. Programa de Aceleração do Crescimento. Belém, 2007.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BRASIL. *Estatuto da Cidade*. Lei Nº. 10.257 de 10 de julho de 2001.
- CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I.P. (Orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social, *Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão*. Brasília (DF): 2016.
- CHAUÍ, Marilena. Apresentação. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. XVII-XXXV.
- COSTA, M. das G. F. et al. (Orgs.). *Impactos Sócio-Econômicos do Projeto de Macrodrenagem; o reassentamento CDP e os reatamentos diferenciados em homens e mulheres*. Belém: Editora Graphitte, 2006.
- CRUZ, S. H. R. *Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e Condições da Moradia em Belém e em Manaus*. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. *O Tempo e a Cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- ENGELS, F. *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B. A. Schumann; Edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- MALHEIRO, B. C. P. *Portos, Portas e Postais: experiências, discursos e imagens produzindo a Orla fluvial de Belém (PA)*. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade de Federal do Pará, Belém, 2009.
- MARICATO, E. Globalização e política urbana e desenvolvimento na periferia do capitalismo. In: SANTOS JR., O. A. dos S.; RIBEIRO, L.C. de Q. (Orgs.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx e Engels*. São Paulo: Ática, 1989.
- OLIVEIRA, A. B. *Impactos Socioeconômicos nas Estratégias de Sobrevivência das famílias reassentadas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- PENTEADO, A. R. *Belém – Estudo de Geografia Urbana*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968. (Coleção Amazônica, série José Veríssimo, 1º e 2º volume).
- PONTE, J. P. X. A orla de Belém: intervenções urbanística, ações políticas e devolução do espaço. In: LOBATO, C. C. Q et al. (Org.). *Um olhar sobre aspectos da infra-estrutura e do Planejamento Urbano em Belém do Pará*. Belém: CESUPA, 2005.
- PONTE, J. P. X. Sustentabilidade, desenvolvimento e planejamento urbano: reconfiguração das margens fluviais de Belém. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.8, n.1, p.27-44. mai., 2006.
- PORTELA, R. S. *Participação Popular no Ideário da Reforma Urbana: possibilidades e limites para adoção de novos paradigmas*. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- RODRIGUES, A. M. Desigualdade socioespaciais – A luta pelo direito à cidade. *II Workshop do Grupo de Estudos Urbanos (GEU)*. Dezembro de 2006, em Brasília, D.F. *Cidades*, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88.
- RODRIGUES, E. *Aventura Urbana: Urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém*. Belém:

- Editora NAEA/UFPA, 1996.
- ROLNIK, R. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SÁNCHEZ, F. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSERALD, H. (Org.). *A duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- SANTANA, J. V. *Gestão de Cidades no Brasil: Estratégias e Orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento*. Campinas - SP: Papel Social, 2013.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SOARES, P. P. de M. A. *Memória Ambiental da Bacia do UNA: Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 2014.
- TRINDADE JR. S.C. da. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: UFPA/NAEA, 1997.
- VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico Urbano. In: ARANTES, O. et al. (Orgs.). *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WILM, L.; COSTA, M.; RODRIGUES, C. I. A beira e o bairro: usos e apropriações do espaço urbano no Jurunas. In: SILVA, L. de J. D. da; PONTE, J. P. X.(Orgs.). *Urbanização e ambiente: experiências de pesquisa na Amazônia Oriental*. Belém: Paka-Tatu, 2012. p. 311-330.